Decisão 19/CP.8

Diretrizes da CQNUMC para a revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I da Convenção

A Conferência das Partes,

Lembrando as disposições pertinentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, especialmente seus Artigos 4^o e 7^o,

Lembrando ainda sua decisão 6/CP.5 sobre as diretrizes de revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I da Convenção,

Observando que as diretrizes de revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, adotadas na decisão 6/CP.5, precisam ser revisadas para melhorar a consistência da revisão dos inventários anuais e para assegurar que o processo de revisão possibilite uma avaliação técnica completa e abrangente dos inventários nacionais anuais das Partes do Anexo I,

Tendo considerado as recomendações pertinentes do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico,

1. *Adota* as diretrizes revisadas de revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, contidas no anexo a esta decisão;

2. *Decide* empregar as diretrizes mencionadas acima nas revisões técnicas dos inventários de gases de efeito estufa que serão iniciadas em 2003, de acordo com a decisão 6/CP.5, levando em consideração que as diretrizes de relato dos inventários anuais usadas pelas Partes incluídas no Anexo I da Convenção em 2003 serão aquelas adotadas pela decisão 3/CP.5;

3. *Solicita* ao Secretariado que conduza revisões individuais até o final do ano de 2006, dependendo da disponibilidade de recursos, coordenando especificamente:

(a) A revisão, no país, de oito inventários por ano;

(b) A revisão dos inventários restantes apresentados anualmente, por meio de revisões centralizadas e de escritório; ao organizar essas revisões, o Secretariado deve priorizar as revisões centralizadas e assegurar que as revisões de escritório sejam conduzidas apenas nos dois anos posteriores a uma revisão no país;

4. *Solicita* ao Secretariado que elabore um relatório avaliando a implementação destas diretrizes, levando em conta, *inter alia*, a experiência adquirida pelas Partes incluídas no Anexo I da Convenção, pelo Secretariado e pelos especialistas em revisão, para análise do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico em sua primeira sessão no ano de 2006.

*8ª reunião plenária
1º de novembro de 2002*

ANEXO

DIRETRIZES DE REVISÃO TÉCNICA DOS INVENTÁRIOS DE GASES DE EFEITO ESTUFA DAS PARTES INCLUÍDAS NO ANEXO I DA CONVENÇÃO

A. Objetivo

1. O objetivo destas diretrizes é promover a consistência da revisão dos inventários anuais de gases de efeito estufa das Partes incluídas no Anexo I da Convenção (Partes no Anexo I) e estabelecer um processo de avaliação técnica completa e abrangente dos inventários nacionais.

B. Propósitos da revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa

2. Os propósitos da revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa das Partes no Anexo I são:

(a) Assegurar que a Conferência das Partes (COP) tenha informações adequadas e confiáveis sobre os inventários anuais e as tendências das emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal;

(b) Fornecer à COP uma avaliação técnica objetiva, consistente, transparente, completa e abrangente das informações quantitativas e qualitativas dos inventários anuais apresentados pelas Partes no Anexo I e uma avaliação técnica da implementação dos compromissos das Partes no Anexo I no âmbito do Artigo 4º, parágrafo 1º, alínea (a), e do Artigo 12, parágrafo 1º, alínea (a), da Convenção;

(c) Examinar, de forma facilitadora e aberta, a consistência das informações de inventário relatadas com o uso das diretrizes de elaboração das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, parte I: diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais¹ e as Diretrizes Revisadas de 1996 (do IPCC) para os Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Revised 1996 (IPCC) Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*]², aperfeiçoadas pelo relatório do IPCC intitulado Orientação de Boas Práticas e Gerenciamento de Incertezas nos Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Good Practice Guidance and Uncertainty Management in National Greenhouse Gas Inventories*]³;

(d) Assistir as Partes no Anexo I no aperfeiçoamento da qualidade dos seus inventários de gases de efeito estufa.

¹ Chamadas, neste documento, de diretrizes de relato.

² Chamadas, neste documento, de Diretrizes do IPCC.

³ Chamado, neste documento, de Orientação de Boas Práticas do IPCC.

C. Abordagem geral

3. Os inventários de gases de efeito estufa apresentados por todas as Partes no Anexo I serão objeto de uma revisão técnica anual. O processo de revisão técnica dos inventários de gases de efeito estufa, conforme descrito nestas diretrizes, contém três fases que analisam diferentes aspectos dos inventários, de forma que todos os propósitos descritos acima sejam alcançados no final do processo. As três fases são:

- (a) Checagem inicial dos inventários anuais;
- (b) Síntese e avaliação dos inventários anuais;
- (c) Revisão dos inventários anuais individuais.

4. As fases do processo de revisão técnica se complementam de forma que, em geral, para cada Parte no Anexo I, uma fase é concluída antes que a outra seja realizada.

5. Em todas as fases do processo de revisão do inventário, cada Parte no Anexo I sob revisão terá a oportunidade de esclarecer questões ou fornecer informações adicionais. O Secretariado enviará a essas Partes no Anexo I versões preliminares do seu relatório de situação, do relatório de síntese e avaliação e de uma análise preliminar do inventário de cada Parte, além do relatório da revisão individual do inventário. Esforçar-se-á ao máximo para que se chegue a um acordo com cada Parte sobre o conteúdo de um relatório antes de sua publicação. No caso de uma Parte e a equipe de especialistas não conseguirem chegar a um acordo sobre uma questão, a Parte pode fornecer um texto explicativo que será incluído em uma seção separada do relatório.

D. Checagem inicial dos inventários anuais

1. Escopo

6. O Secretariado conduzirá anualmente uma checagem inicial dos inventários anuais de gases de efeito estufa apresentados pelas Partes no Anexo I a fim de determinar, de pronto, se as informações fornecidas estão completas e no formato correto e possibilitar a realização das fases de revisão subsequentes.

7. A checagem inicial cobrirá a apresentação do inventário nacional, em particular, os dados apresentados eletronicamente no Formato Comum de Relato e determinará:

- (a) Se todas as fontes, todos os sumidouros e gases incluídos nas Diretrizes do IPCC, aperfeiçoadas pela Orientação de Boas Práticas do IPCC, foram relatados;

(b) Se todas as tabelas do Formato Comum de Relato foram preenchidas e se quaisquer lacunas foram explicadas no Formato Comum de Relato com o uso dos códigos (tais como NE, NA, NO, IE, C)⁴ e se esses códigos são usados com frequência;

(c) Se as estimativas para os totais do sumário e as categorias de fontes individuais foram fornecidas em unidades de massa e em termos de equivalente de CO₂, usando os valores do Potencial de Aquecimento Global do IPCC, de acordo com as decisões pertinentes da COP;

(d) Se as estimativas de emissões foram fornecidas para todos os anos exigidos (ou seja, do ano de base ao ano da apresentação mais recente);⁵

(e) Se as metodologias foram indicadas com observações no Formato Comum de Relato;

(f) Se as estimativas das emissões de CO₂ da combustão de combustíveis fósseis foram relatadas com o uso da abordagem de referência do IPCC, além das estimativas derivadas com o uso dos métodos nacionais;

(g) Se as estimativas reais e potenciais das emissões de hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre foram relatadas por produtos químicos individuais;

(h) Se quaisquer cálculos refeitos foram relatados para a série temporal inteira e se informações explicativas relativas a esses cálculos refeitos foram fornecidas no Formato Comum de Relato;

(i) Se todas as emissões foram relatadas sem ajustes relacionados, por exemplo, com variações climáticas ou comercialização de eletricidade;

(j) Se as emissões dos combustíveis usados no transporte internacional foram relatadas separadamente dos totais nacionais;

(k) Se as fontes principais foram relatadas no Formato Comum de Relato conforme exigido pelas diretrizes de relato;

(l) Se as tabelas de incertezas foram relatadas conforme exigido pelas diretrizes de relato;

(m) Se um Relatório do Inventário Nacional foi apresentado.

⁴ NE = não estimadas, NA = não aplicáveis, NO = não ocorrem, IE = informadas em outro lugar, C = confidenciais.

⁵ De acordo com as diretrizes de relato, se não houver mudanças nos inventários apresentados anteriormente, o Relatório do Inventário Nacional deve fazer referência ao inventário em que a série temporal for constituída de outros anos.

2. Relatórios de situação

8. Os resultados da checagem inicial para cada Parte no Anexo I serão publicados no *web site* da CQNUMC como um relatório de situação, principalmente em formato de tabelas. O relatório de situação irá, *inter alia*:

- (a) Indicar a data de recebimento pelo Secretariado;
- (b) Indicar se o Relatório do Inventário Nacional e o Formato Comum de Relato foram apresentados;
- (c) Determinar se as informações de inventário foram fornecidas no formato correto, conforme exigido nas diretrizes de relato;
- (d) Determinar se a apresentação está completa e identificar quaisquer lacunas nos dados relatados, cobrindo os elementos relacionados no parágrafo 7^o acima.

3. Prazos

9. A checagem inicial para cada Parte no Anexo I deve ser finalizada e o relatório de situação publicado no *web site* da CQNUMC no prazo de sete semanas a partir da data de recebimento da apresentação pelo Secretariado. Em geral, o cronograma para a checagem inicial deve estar de acordo com o seguinte:

- (a) O Secretariado deve realizar a checagem inicial e elaborar um relatório preliminar de situação no prazo de três semanas e enviá-lo à Parte para que faça comentários;
- (b) Cada Parte deve fornecer comentários sobre o relatório preliminar de situação no prazo de três semanas.

E. Síntese e avaliação dos inventários anuais

1. Escopo

10. O Secretariado conduzirá uma síntese e uma avaliação dos inventários de gases de efeito estufa das Partes no Anexo I para facilitar a análise dos dados de inventário e outras informações entre as Partes no Anexo I e identificar questões que precisem de análise mais profunda durante a revisão dos inventários individuais.

11. A síntese e a avaliação cobrirão a apresentação do inventário nacional e as apresentações anteriores do inventário nacional, quando pertinente, e conterão um conjunto padronizado de dados de comparação de:

(a) Fatores de emissão implícitos e outros dados de inventários entre as Partes no Anexo I para identificar quaisquer irregularidades ou inconsistências;

(b) Estimativas de emissão ou remoção, dados de atividade, fatores de emissão implícitos e quaisquer cálculos refeitos com dados de apresentações anteriores para identificar quaisquer irregularidades ou inconsistências;

(c) Dados de atividade de cada Parte no Anexo I com fontes abalizadas pertinentes, se viável, para identificar casos em que haja diferenças significativas.

12. Para facilitar a análise dos dados de inventário, o Secretariado irá, para cada Parte no Anexo I, identificar e analisar as *fontes principais* tanto em termos do seu nível absoluto quanto em termos da sua avaliação de tendência, empregando a avaliação do nível 1, conforme descrita na Orientação de Boas Práticas do IPCC. Além disso, o Secretariado irá analisar outras fontes (ou seja, emissões dos combustíveis dos transportes aéreo e marítimo internacionais, emissões e remoções da mudança no uso da terra e florestas⁶, etc.) e fontes que não são principais em que sejam identificadas irregularidades ou inconsistências, com base na sua importância para setores específicos ou para o inventário de gases de efeito estufa inteiro.

2. Relatório de síntese e avaliação

13. A síntese e a avaliação consistirão de duas partes: parte I e parte II, que são descritas nos parágrafos 14 e 15 abaixo, respectivamente. Os resultados da parte I serão publicados no *web site* da CQNUMC como um relatório de síntese e avaliação. A parte II, contendo uma análise preliminar dos inventários individuais das Partes no Anexo I, será enviada à respectiva Parte para que faça comentários. Os resultados da parte II, juntamente com os comentários feitos pela respectiva Parte, serão fornecidos à equipe revisora de especialistas correspondente como insumo para a revisão individual.

Parte I

14. O relatório de síntese e avaliação (parte I) fornecerá informações que permitam que sejam feitas comparações entre as Partes no Anexo I e descrevam questões metodológicas comuns. Esse relatório compilará e comparará informações entre as Partes no Anexo I no formato de tabelas e, conforme o caso, gráfico, incluindo:

(a) Para as *fontes principais*, com base na abordagem usada pelo Secretariado, e outras fontes selecionadas:

(i) Metodologias usadas na elaboração dos inventários;

⁶ Para a mudança no uso da terra e florestas, a Orientação de Boas Práticas ainda não foi desenvolvida.

- (ii) Fatores de emissão implícitos, valores *default* e faixas contidos nas Diretrizes do IPCC, aperfeiçoadas pela Orientação de Boas Práticas do IPCC;
- (iii) Dados de atividade relatados e dados de fontes abalizadas, se possível;
- (iv) Outras informações fornecidas nas várias tabelas do Formato Comum de Relato;

(b) Estimativas das emissões de CO₂ da queima de combustíveis com o uso da Abordagem de Referência do IPCC comparadas com as estimativas das emissões de CO₂ da queima de combustíveis com o uso de uma abordagem (setorial) nacional;

(c) Estimativas das emissões reais e potenciais de hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre e a razão entre as emissões reais e potenciais;

(d) Cálculos refeitos de inventário.

Parte II

15. A análise preliminar dos inventários individuais das Partes no Anexo I (parte II) basear-se-á nas informações contidas no relatório de síntese e avaliação e, para cada inventário individual:

(a) Identificará questões nas categorias de fontes ou sumidouros que requeiram maior análise ou esclarecimentos adicionais durante a fase de revisão individual;

(b) Identificará quaisquer problemas recorrentes de relato;

(c) Examinará os cálculos refeitos nos inventários e a consistência da série temporal;

(d) Avaliará a disponibilidade de documentação sobre:

(i) Procedimentos nacionais de autoverificação ou revisão independente no processo de revisão técnica;

(ii) A aplicação da Orientação de Boas Práticas do IPCC, inclusive estimativas das incertezas;

(e) Avaliará a consistência das informações sobre metodologias e fatores de emissão do Formato Comum de Relato com as informações relacionadas do Relatório do Inventário Nacional.

3. Prazos

16. A síntese e avaliação serão conduzidas anualmente e devem, em geral, estar de acordo com o seguinte cronograma:

(a) O Secretariado concluirá o relatório de síntese e avaliação (parte I), contendo os elementos mencionados no parágrafo 14 acima, no prazo de 10 semanas a partir da data de apresentação.⁷ O Secretariado incorporará todas as apresentações e quaisquer reapresentações das Partes no Anexo I feitas em resposta ao relatório de situação e recebidas no prazo de seis semanas a partir da data das apresentações. As Partes no Anexo I devem fornecer comentários no prazo de três semanas a partir do recebimento do relatório preliminar de síntese e avaliação. Se possível, o Secretariado deve concluir uma síntese e avaliação dos inventários de gases de efeito estufa apresentados após essa data e publicar essas avaliações como documentos separados (adendos ao relatório de síntese e avaliação) desde que isso não atrase o processo de revisão de outras Partes no Anexo I;

(b) A análise preliminar dos inventários individuais das Partes no Anexo I (parte II da síntese e avaliação), contendo os elementos mencionados no parágrafo 15 acima, será concluída, no mais tardar, quatro semanas antes da revisão individual marcada para a Parte envolvida. O Secretariado enviará um esboço da análise preliminar à Parte no mais tardar sete semanas antes da revisão individual marcada e a Parte fornecerá comentários no prazo de três semanas. A análise preliminar e os comentários da Parte serão encaminhados à equipe revisora de especialistas para maior análise.

F. Revisão dos inventários anuais individuais

1. Escopo

17. As equipes revisoras de especialistas, coordenadas pelo Secretariado, conduzirão revisões dos inventários individuais de gases de efeito estufa a fim de avaliar se a COP dispõe de informações adequadas e confiáveis sobre os inventários anuais de gases de efeito estufa. As revisões individuais fornecerão um exame detalhado das estimativas, dos procedimentos e das metodologias usados na elaboração dos inventários, cobrindo a apresentação do inventário nacional de cada Parte no Anexo I, materiais suplementares apresentados pela Parte e, conforme o caso, inventários apresentados anteriormente. Os resultados dessa fase do processo de revisão serão comunicados às Partes no Anexo I.

18. Três abordagens operacionais podem ser usadas durante essa fase da revisão técnica: revisões de escritório, revisões centralizadas e revisões no país, havendo recursos disponíveis. Durante uma revisão de escritório, as informações de inventário das Partes no Anexo I serão enviadas aos especialistas, que conduzirão a revisão em seus próprios países. Durante a revisão centralizada, os especialistas reunir-se-ão em um único local para revisar as informações de inventário das Partes no Anexo I. Durante uma revisão no país, os especialistas visitarão uma Parte no Anexo I para revisar as informações de inventário dessa Parte.

⁷ De acordo com a decisão 3/CP.5, a data estabelecida para a apresentação dos inventários de gases de efeito estufa das Partes no Anexo I é 15 de abril de cada ano.

19. A revisão da maior parte dos inventários individuais das Partes no Anexo I será conduzida anualmente como uma revisão de escritório ou uma revisão centralizada. Além disso, o inventário de gases de efeito estufa de cada Parte no Anexo I será objeto de uma visita ao país de uma equipe revisora de especialistas uma vez a cada cinco anos. No ano em que estiver marcada uma revisão no país, não será feita uma revisão de escritório ou centralizada do inventário de gases de efeito estufa da Parte. As visitas ao país serão marcadas, planejadas e realizadas com o consentimento e a participação da Parte que será objeto da revisão. Em geral, durante uma revisão centralizada, até oito inventários de gases de efeito estufa devem ser revisados; durante uma revisão de escritório, até cinco inventários de gases de efeito estufa devem ser revisados.

20. As equipes revisoras de especialistas devem dedicar atenção especial às áreas do inventário em que tenham sido identificados problemas em revisões anteriores ou em fases da revisão ou em que mudanças tenham sido relatadas pela Parte. As equipes revisoras de especialistas não devem realizar uma revisão individual nos casos em que não for fornecido um Relatório do Inventário Nacional.

21. Cada equipe revisora de especialistas irá:

(a) Examinar a aplicação dos requisitos das diretrizes de relato e das Diretrizes do IPCC, aperfeiçoadas pela Orientação de Boas Práticas do IPCC, e identificar qualquer desvio desses requisitos;

(b) Examinar se a Orientação de Boas Práticas foi empregada e documentada, observando, em particular, a identificação das categorias de fontes principais, a seleção e o uso de metodologias e hipóteses, o desenvolvimento e a seleção de fatores de emissão, a coleta e seleção de dados de atividade, o relato de cálculos refeitos e de séries temporais consistentes, o relato de incertezas relacionadas com estimativas do inventário, as metodologias usadas para estimar essas incertezas e os procedimentos de garantia e controle da qualidade e identificar quaisquer inconsistências;

(c) Comparar estimativas de emissões ou remoções, dados de atividade, fatores de emissão implícitos e quaisquer cálculos refeitos com dados de apresentações anteriores da Parte no Anexo I para identificar quaisquer irregularidades ou inconsistências;

(d) Identificar quaisquer fontes ausentes e examinar quaisquer informações explicativas relacionadas com sua exclusão do inventário de gases de efeito estufa;

(e) Identificar a razão de qualquer diferença entre a determinação de fonte principal pela Parte e pelo Secretariado;

(f) Avaliar a consistência das informações do Formato Comum de Relato com as do Relatório do Inventário Nacional;

(g) Avaliar o grau em que as questões levantadas na síntese e avaliação dos inventários anuais e os questionamentos feitos pela equipe revisora de especialistas em relatórios anteriores foram tratados e solucionados;

(h) Identificar áreas para aperfeiçoamento dos inventários e observar possíveis formas de melhorar a estimativa e o relato das informações de inventário.

22. Além das tarefas mencionadas no parágrafo 21 acima, as equipes revisoras de especialistas que estiverem conduzindo revisões no país analisarão a documentação do inventário, desde a coleta de dados até as estimativas de emissões relatadas, e examinarão procedimentos e preparativos institucionais para o desenvolvimento e o gerenciamento dos inventários, inclusive procedimentos de garantia e controle da qualidade, contabilidade e documentação. Durante as revisões de escritório ou centralizadas subsequentes, as equipes revisoras de especialistas identificarão quaisquer mudanças que possam ter ocorrido nesses procedimentos e preparativos institucionais, com base nas informações prestadas nos relatórios do inventário nacional das Partes no Anexo I.

23. A equipe revisora de especialistas poderá usar informações técnicas pertinentes no processo de revisão, tais como as informações de organizações internacionais.

2. Equipes revisoras de especialistas

Procedimentos gerais

24. Cada inventário de gases de efeito estufa apresentado será designado a uma única equipe revisora de especialistas, que será responsável pela realização da revisão, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos nestas diretrizes. Uma apresentação feita por uma Parte no Anexo I não será revisada em dois anos sucessivos por equipes revisoras de especialistas com uma composição idêntica.

25. Cada equipe revisora de especialistas fornecerá uma avaliação técnica completa e abrangente das informações sobre gases de efeito estufa apresentadas e, sob sua responsabilidade coletiva, preparará um relatório de revisão de acordo com as disposições destas diretrizes.

26. As equipes revisoras de especialistas serão coordenadas pelo Secretariado, que fornecerá apoio administrativo e, conforme o caso, assistência técnica e metodológica e assistência no uso das diretrizes de relato e destas diretrizes de revisão.

27. As equipes revisoras de especialistas serão compostas por especialistas selecionados em base ad hoc da lista de especialistas da CQNUMC e conterão revisores principais. Os especialistas serão indicados pelas Partes na Convenção para a lista de especialistas e, conforme o caso, por organizações intergovernamentais, de acordo com a orientação fornecida com essa finalidade pela COP. Os especialistas que participarem das equipes revisoras de especialistas atuarão a título pessoal e não serão cidadãos da Parte sob revisão nem indicados ou financiados por essa Parte.

28. Na condução da revisão, as equipes revisoras de especialistas devem seguir estas diretrizes e trabalhar com base em procedimentos estabelecidos e publicados, inclusive garantia e controle da qualidade e disposições de confidencialidade, de acordo com as decisões pertinentes adotadas pela COP.

29. O Secretariado notificará as Partes no Anexo I sobre as revisões de escritório e centralizadas previstas e pedirá às Partes no Anexo I que identifiquem a(s) pessoa(s) de contato por meio das quais perguntas possam ser direcionadas. A comunicação entre as equipes revisoras de especialistas e a Parte sob revisão deve ser feita por meio dos revisores principais e da(s) pessoa(s) de contato designada(s) pela Parte. Os outros membros da equipe revisora de especialistas só poderão se comunicar diretamente com os especialistas nacionais envolvidos na elaboração do inventário de gases de efeito estufa com o consentimento da Parte. As informações assim obtidas devem ser disponibilizadas aos outros membros da equipe.

30. A participação nas equipes revisoras de especialistas das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção (Partes não-Anexo I) e das Partes no Anexo I com economias em transição será financiada de acordo com os procedimentos existentes de participação nas atividades da CQNUMC. A participação de especialistas de outras Partes no Anexo I será financiada por seus governos.

Composição das equipes revisoras de especialistas

31. Os especialistas participantes das equipes revisoras de especialistas devem ter experiência na área dos inventários de gases de efeito estufa em geral e/ou em setores específicos (Energia, Processos Industriais, Uso de Solventes e Outros Produtos, Agricultura, Mudança no Uso da Terra e Florestas e Resíduos).

32. As equipes revisoras de especialistas podem variar em tamanho e composição, levando em conta as circunstâncias nacionais da Parte sob revisão e as diferentes necessidades de conhecimentos especializados. Em geral, o tamanho normal das equipes revisoras de especialistas deve ser:

(a) Seis especialistas para visitas ao país (um especialista por setor do inventário⁸ mais um generalista⁹);

(b) Doze especialistas para revisões de escritório e centralizadas (dois especialistas por setor do inventário⁸ mais dois generalistas⁹).

⁸ O especialista ou especialistas que estiverem tratando do setor de Processos Industriais também devem ser responsáveis pelo setor de Uso de Solventes e Outros Produtos, os quais, em geral, não constituem uma fonte importante de emissões de gases de efeito estufa.

⁹ O termo “generalista” é usado, nestas diretrizes, para designar os especialistas que tenham amplo conhecimento de todas as áreas do processo do inventário.

33. O Secretariado selecionará os membros das equipes revisoras de especialistas de forma a assegurar que as habilidades coletivas da equipe atendam as áreas mencionadas no parágrafo 31 acima e que a maioria dos especialistas nas equipes tenha a experiência necessária no processo de revisão. O Secretariado selecionará especialistas em inventários nacionais com pouca ou nenhuma experiência no processo de revisão e convidará um desses especialistas para participar de cada revisão no país, com o máximo de cinco especialistas por cada revisão centralizada. Esses especialistas com pouca ou nenhuma experiência no processo de revisão trabalharão em um setor específico do IPCC juntamente com um especialista com experiência no processo de revisão. As revisões de escritório serão conduzidas apenas por especialistas experientes.

34. O Secretariado selecionará os membros das equipes revisoras de especialistas com vistas a alcançar um equilíbrio entre os especialistas das Partes no Anexo I e das Partes não-Anexo I na composição geral das equipes revisoras de especialistas, sem comprometer os critérios de seleção mencionados no parágrafo 31 acima. O Secretariado deve esforçar-se ao máximo para assegurar o equilíbrio geográfico entre os especialistas selecionados das Partes não-Anexo I e entre os especialistas selecionados das Partes no Anexo I.

35. Sem comprometer os critérios mencionados nos parágrafos 31 a 34 acima, a formação das equipes revisoras de especialistas deve assegurar, na medida do possível, que pelo menos um membro seja fluente na língua da Parte sob revisão.

Revisores principais

36. Para cada equipe revisora de especialistas, atuarão como revisores principais dois especialistas em inventários com experiência substancial na revisão de inventários. Um revisor principal será de uma Parte não-Anexo I e o outro de uma Parte no Anexo I.

37. Os revisores principais devem assegurar que a revisão de que participem seja realizada de acordo com estas diretrizes e de forma consistente entre todas as Partes no Anexo I que forem revisadas pela equipe revisora de especialistas. Também devem assegurar a qualidade e a objetividade das avaliações técnicas dessas revisões.

38. Com o apoio do Secretariado, os revisores principais irão:

- (a) Elaborar um breve plano de trabalho para a atividade de revisão;
- (b) Verificar se os especialistas receberam do Secretariado todas as informações necessárias antes da atividade de revisão;
- (c) Monitorar o andamento da atividade de revisão;
- (d) Assegurar que haja boa comunicação dentro da equipe revisora de especialistas;
- (e) Coordenar as perguntas da equipe revisora de especialistas para a Parte e coordenar a inclusão das respostas nos relatórios de revisão;

- (f) Fornecer assessoramento técnico aos especialistas ad hoc, se necessário;
- (g) Assegurar que a revisão seja realizada e o relatório de revisão seja elaborado de acordo com estas diretrizes; e
- (h) Verificar se a equipe revisora está priorizando as categorias de fontes individuais na revisão, de acordo com estas diretrizes.

3. Relatórios de revisão individuais

39. Sob sua responsabilidade coletiva, a equipe revisora de especialistas produzirá um relatório de revisão individual do inventário para publicação em formato eletrônico no *web site* da CQNUMC, com base nos resultados das tarefas listadas no parágrafo 21 acima. Os relatórios de revisão devem conter uma avaliação objetiva do emprego das diretrizes de relato e das disposições das decisões pertinentes da COP nas informações de inventário e não devem conter qualquer juízo político.

40. O relatório de todas as revisões no país não deve exceder 25 a 30 páginas, incluindo um sumário de 2 a 3 páginas. Para as revisões de escritório e centralizadas, o relatório não deve exceder 10 páginas e deve focar os pontos fortes e os problemas identificados, bem como uma avaliação geral da qualidade e confiabilidade do inventário, das tendências de emissões, dos fatores de emissão reais e dos dados de atividade, e o grau de adoção das diretrizes de relato e da Orientação de Boas Práticas do IPCC. Ambos os tipos de relatórios de revisão devem conter tabelas padronizadas, sempre que possível, para aumentar a eficiência da comunicação.

4. Prazos

41. O Secretariado deve encaminhar, aos membros das equipes revisoras de especialistas, todas as informações pertinentes um mês antes do início das atividades de revisão. Cada revisão de escritório ou centralizada deve ser concluída no prazo de 20 e 25 semanas,¹⁰ respectivamente, e cada revisão no país deve ser concluída no prazo de 14 semanas. Em geral, o cronograma das atividades de revisão individual, desde que haja recursos disponíveis, deve atender o seguinte:

(a) *Revisão de escritório*: cada equipe revisora de especialistas realiza revisões individuais e elabora relatórios preliminares de revisão no prazo de sete semanas (três semanas para revisões individuais e quatro semanas para a elaboração dos relatórios). O Secretariado edita e formata os relatórios e envia-os à respectiva Parte no Anexo I para que faça comentários. As Partes no Anexo I respondem no prazo de quatro semanas. A equipe

¹⁰ De acordo com a versão original destas diretrizes (ver FCCC/SBSTA/2002/L.5/Add.2), um total de 22 semanas foi alocado para a conclusão de uma revisão centralizada. Contudo, esse período não compreende o tempo necessário para a edição e formatação dos relatórios de revisão pelo Secretariado, conforme exigido no parágrafo 41, alínea (b). Portanto, o tempo total disponível para revisão passou de 22 para 25 semanas para ficar consistente com a abordagem adotada nas revisões de escritório e centralizada.

revisora de especialistas consolida os comentários das Partes no Anexo I no prazo de quatro semanas e envia as versões revisadas dos relatórios ao Secretariado. Os relatórios finais são publicados no *web site* da CQNUMC no prazo de duas semanas.

(b) *Revisão centralizada*: cada equipe revisora de especialistas realiza revisões individuais e elabora relatórios preliminares de revisão no prazo de dez semanas (até oito dias úteis para as revisões individuais e nove semanas para a elaboração dos relatórios). O Secretariado edita e formata os relatórios e envia-os à respectiva Parte no Anexo I para que faça comentários. As Partes no Anexo I respondem no prazo de quatro semanas. A equipe revisora de especialistas consolida os comentários das Partes no Anexo I no prazo de seis semanas e envia as versões revisadas dos relatórios ao Secretariado. Os relatórios finais são publicados no *web site* da CQNUMC no prazo de duas semanas.

(c) *Revisão no país*: cada equipe revisora de especialistas realiza a revisão individual no prazo de uma semana e elabora um relatório preliminar de revisão no prazo de três semanas. O Secretariado edita e formata o relatório e envia-o à respectiva Parte no Anexo I para que faça comentários. A Parte responde no prazo de quatro semanas. A equipe revisora de especialistas consolida os comentários da Parte no prazo de três semanas e envia a versão revisada do relatório ao Secretariado. O relatório final é publicado no *web site* da CQNUMC no prazo de uma semana.

G. Relatório anual de emissões e tendências dos gases de efeito estufa

42. Como parte da revisão técnica dos inventários nacionais anuais de gases de efeito estufa, o Secretariado também compilará e colocará em tabelas as informações agregadas e as tendências das emissões de gases de efeito estufa por fontes e remoções por sumidouros e qualquer outra informação de inventário em um documento independente a ser publicado eletronicamente no *web site* da CQNUMC. Esse documento conterá informações dos últimos inventários de gases de efeito estufa que tenham sido apresentados por todas as Partes no Anexo I e servirá para fornecer informações agregadas à COP sobre as emissões de gases de efeito estufa por fontes e remoções por sumidouros e suas tendências para todas as Partes no Anexo I. Esse documento também pode ser usado como insumo à terceira fase do processo de revisão técnica.

43. Um sumário do documento mencionado no parágrafo 42 acima será publicado em formatos impresso e eletrônico para análise da COP e dos órgãos subsidiários.¹¹ Esse sumário conterá as tendências das emissões de gases de efeito estufa por fontes e remoções por sumidouros e uma avaliação do emprego das diretrizes de relato e das disposições das decisões pertinentes da COP nas informações de inventário relatadas, incluindo informações sobre quaisquer atrasos na apresentação das informações do inventário anual.

¹¹ A fim de assegurar a qualidade e a tempestividade das informações contidas nesse sumário, o Secretariado elaborará esse relatório para análise dos órgãos da Convenção durante o segundo período de sessões programado para cada ano.